

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa PORTELLO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. é uma sociedade anônima fechada, tendo como objetivo Holdings de instituições não financeiras, situada na Rua Vinte de Janeiro, nº 253, sala 02, centro, CEP 13.300-020 Itu, São Paulo.

NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis inerentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base os termos da ITG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1418/2012 e a ITG 2000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1330/2011 que trata da Escrituração Contábil. Na eventualidade de incorrerem eventos materiais não cobertos pela ITG 1000 conforme orientado em seu item 11, a entidade referencia-se na NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC nº 1255/2009.

Portanto, atendendo aos termos da ITG 1000, a entidade está apresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas.

A administração da sociedade optou pela contratação de contabilidade terceirizada e declara que as demonstrações contábeis refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização, respondendo a administração da sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de demonstrações contábeis está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas fundamentais da relevância e representação fidedigna e as características qualitativas de melhoria como comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, estando assim alinhadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas contábeis que possam afetar valores reportados de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis.

A entidade elabora suas demonstrações contábeis usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para esses itens.

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

3.3 Impostos a Recuperar

Trata-se de valores de impostos retidos, os quais serão recuperados ou compensados no decorrer do próximo exercício.

3.4 Depreciação

A depreciação foi efetuada pelo método Linear, utilizando-se as taxas de 20% para Veículos, 10% para Instalações, Máquinas, Equipamentos e Móveis e Utensílios, 20% para Veículos e 4% para Edificações.

3.6 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura.

3.7 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis").

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de presunção, sendo 32% sobre a receita bruta para Imposto de Renda e 32% para Contribuição Social, sobre o valor da presunção e aplicado uma alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a presunção tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre a presunção tributável para contribuição social.

3.10 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de venda de produtos e mercadorias compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de venda é reconhecida quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas:

a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens;

b) A entidade não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos;

c) o valor da receita pode ser medido com segurança;

d) o reconhecimento do contas a receber é provável; e

e) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

A receita da prestação de serviço compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita da prestação de serviço é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:

a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;

b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;

c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável;

NOTA 04 - PROVISÕES CONSTITUIDAS

4.1 Provisões para pagamentos de férias e encargos sociais sobre férias

São calculadas com base no número de dias trabalhados, conforme legislação trabalhista em vigor.

NOTA 5: CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 477.050,00 divididos em 10.100 cotas.

NOTA 6 - NATUREZA E FINALIDADE DAS RESERVAS

6.1 Reservas de Lucros

Constituída com a finalidade de futura distribuição ou à disposição dos sócios.

JON FRANCISCO TOSCANO
SOCIO-ADMINISTRADOR

MILTON EGIDIO EVANGELISTA
CRC: 021521/O-5 PR